

RESENHA

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

Michael Cardoso de Souza

Universidade do Estado do Pará, Graduação em Licenciatura Plena em Geografia,
Belém, Brasil

michaeldesouzamc@gmail.com

A obra de Amin, economista egípcio de renome, é densa. E trata-se de um ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico. Objetiva entender a origem do subdesenvolvimento, ou melhor, do desenvolvimento desigual do capitalismo que gera, a um só tempo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Para tal, utiliza o par dialético modo de produção x formação social. O conceito de “modo de produção” é um conceito abstrato. Segundo o autor, há cinco modos de produção que se distinguem em suas características: 1) o modo de produção “comunitário primitivo” anterior a todos os outros; 2) o modo de produção “tributário”; 3) o modo de produção “escravista”; 4) o modo de produção “produção mercantil simples”; e 5) o modo de produção “capitalista”.

Os modos de produção comunitários são os primeiros modos de produção que estabelecem uma distinção de classe embrionária. Asseguram a passagem do comunismo primitivo às sociedades de classes acabadas. Todos os modos de produção da comunidade primitiva se caracterizam por: 1) a existência de uma organização do trabalho, parte sobre uma base individual (a da “pequena família”), parte sobre bases coletivas (a da “grande família, do clã, da aldeia”); o meio essencial de trabalho, a terra, é propriedade coletiva do clã; sendo os seus membros livres para utilizá-la, mas segundo regras precisas; 2) a ausência de trocas mercantis e, correlativamente; 3) a distribuição do produto no interior da coletividade é estabelecida segundo regras em estreita relação com a organização do parentesco.

O acesso à terra nas comunidades não é necessariamente igualitário. Só o é nas mais primitivas, pois, em outras, este acesso é hierarquizado, privilegiando certas famílias ou clãs com direito a parcelas melhores, por exemplo, as melhor situadas ou mais extensas. Esta hierarquia geralmente está em estreita relação com a do poder político e religioso. Mas,

sempre, o camponês tem acesso à terra; por pertencer a um clã tem direito a uma parcela do território deste. Daí que seja impossível o processo de proletarização, isto é, de separação do produtor com seus meios de produção.

O modo de produção tributário é caracterizado pela separação da sociedade em duas classes essenciais: a camponesa, organizada em comunidades, e a classe dirigente, a qual monopoliza as funções de organização política da sociedade e cobra um tributo (não mercantil) das comunidades rurais. Entretanto, o modo de produção tributário evoluído tende quase sempre a feudalizar-se, ou seja, a classe dirigente substitui-se à comunidade na propriedade eminente privada do solo. O modo de produção feudal supõe: 1) a organização da sociedade em duas classes, a dos senhores da terra e a dos servos rendeiros; 2) a apropriação do excedente pelos senhores da terra por via do direito e não em virtude das relações mercantis; 3) a ausência de trocas mercantis internas ao “domínio” o qual constitui a célula elementar da sociedade.

O modo de produção escravista faz do trabalhador, o escravo, o meio essencial de produção. O modo de produção mercantil simples caracteriza-se na sua forma ideal pela igualdade de pequenos produtores livres e a organização de trocas mercantis entre eles. O modo de produção feudal aparece como um caso limite, no qual a comunidade é particularmente degradada, uma vez que perde a propriedade eminente do solo. Este caráter limite nos permitirá chamar de formações feudais “periféricas” com relação às formações tributárias “centrais”. O modo de produção escravista situa-se da mesma maneira nas fronteiras das formações tributárias e só aparece excepcionalmente, numa sequência não central, mas periférica: também é o caso do modo de produção mercantil simples. Nenhum destes modos de produção existiu nesta forma ideal. As formações sociais são, portanto, estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos. Assim se pode ver o modo de produção mercantil simples articulado sob um modo de produção tributário dominante, sob um modo de produção escravista ou mesmo sob um modo de produção capitalista.

Todas as sociedades pré-capitalistas são formações sociais combinando os mesmos elementos, caracterizados por: 1) dominância de um modo de produção comunitário ou tributário; 2) existência de relações mercantis simples com um âmbito limitado; 3) existência de relações de comércio a longa distância. O comércio a longa distância não é um modo de produção, mas sim o modo de articulação entre as formações autônomas. A civilização pode depender totalmente deste comércio e o deslocamento de circuitos de troca fazer cair na

decadência tal região ou, pelo contrário, criar as condições de um desenvolvimento sem que o nível das forças produtivas tenha assistido a uma regressão ou a uma progressão notáveis. A análise de uma formação social concreta deve, portanto organizar-se à volta da forma pela qual é gerado o excedente característico dessa formação, das transferências eventuais de excedente provenientes ou em direção a outras formações, e da distribuição interna desse excedente entre as diferentes partes que dele se apropriam (classes e grupos sociais).

A condição para a existência de uma formação de classes é que o desenvolvimento das forças produtivas seja suficiente para que apareça um “excedente”, isto é, um excesso da produção sobre o consumo necessário para assegurar a reconstituição da força de trabalho. Como uma formação social é um complexo organizado de vários modos de produção, o excedente gerado nesta formação não é homogêneo. Existe uma adição de excedentes com origens diferentes. A distribuição deste excedente entre as classes sociais, definidas em relação com os diferentes modos de produção característicos da formação e os grupos sociais, cuja existência está em relação com os modos de articulação destes modos de produção, dá à formação a sua verdadeira expressão.

A análise de uma formação social, que consiste na elucidação dos problemas da criação e da circulação do excedente nesta formação, esclarece a questão das “classes” e “grupos sociais”. Cada modo de produção classista define duas classes antagônicas entre si, mas com uma unidade: classe-Estado e camponeses no modo tributário, senhores e escravos no modo escravista, feudais e servos no modo feudal, burgueses e proletários no modo capitalista. Cada uma destas classes se define pelas funções que ocupam na produção. Uma formação é um conjunto de modos de produção.

Em todos os modos de produção pré-capitalistas, a criação e a utilização do excedente são transparentes. No modo de produção capitalista, ao contrário, a criação do excedente é opaca. É certamente esse o contributo essencial do Capital, como o próprio Marx assinalou: a transformação da mais-valia em lucro. O qualificativo de “fetichismo” que Marx atribui a este processo merece bem seu nome. No plano das aparências, no modo de produção capitalista, o capital parece produtivo, tal como o trabalho; o salário parece ser a remuneração “justa” do trabalho (enquanto representa o valor da força de trabalho), tal como o lucro é a compensação de “serviços” realizados pelo capital. A verdadeira religião da sociedade capitalista é o “economicismo”, ou em termos vulgares o consumismo, o culto do consumo pelo consumo, sem relação com as necessidades.

Amin definiu dois conceitos: o de “etnia” e o de “nação”. A etnia pressupõe tanto uma comunidade linguística e cultural e uma homogeneidade do território geográfico como

principalmente a consciência dessa homogeneidade cultural, mesmo quando ela é imperfeita, como nos casos de variantes dialéticas ou de cultos religiosos diferindo de uma “província” para a outra. O autor cita algumas regiões, e certos países que se constituem como uma nação, ou como classe-Estado, como a China, onde, se houver uma etnia homogênea, a classe-Estado dominante transforma o império em nação.

As nações fundadas numa classe de mercadores são frágeis se também o é o seu substrato tributário. Diremos por isso que se a nação é um fenômeno social que pode aparecer em todas as etapas da história, que não está necessariamente ligada ao modo de produção capitalista, é um fenômeno reversível; pode desenvolver-se ou desaparecer se a classe unificadora reforça seu poder ou o perde. Neste último caso, a sociedade regressa a um conglomerado de etnias que pode evoluir para uma diferenciação crescente.

Embora o fato nacional seja bem anterior ao capitalismo, o modo de produção capitalista não deixa por isso de julgar um papel considerável no seu desenvolvimento. Aí, o grau de centralização econômica é com efeito levado a um nível superior pela generalização da forma mercadoria a toda a produção, pela forma mercadoria que o trabalho adquire, assegurando uma maior integração humana, enfim pela forma mercadoria que toma o próprio capital, assegurando a integração do mercado e a circulação da riqueza.

O debate sobre as origens do capitalismo opõe duas escolas. Para uns, o capitalismo nasceu das consequências das grandes descobertas do século XVI e do comércio atlântico; para outros, da desagregação das relações feudais. Até a revolução industrial, o modo de produção capitalista não existia ainda de fato. O período é, na realidade, caracterizado por: 1) persistência da dominância do modo de produção feudal nas formações da época; 2) desenvolvimento do comércio a longa distância; 3) a consequência deste desenvolvimento sobre o modo de produção feudal, que desagrega.

Para compreender a natureza destas transformações, é necessário mostrar, segundo P. P. Rey, como as formações capitalistas integram a propriedade fundiária e modificam seu significado. O modo de produção capitalista puro implica apenas duas classes, burgueses e proletários, e as duas formas de renda que lhe correspondem, lucro do capital e salário do trabalho, da mesma forma que o modo feudal implica duas classes, senhores da terra e camponeses trabalhadores, e duas rendas, renda da terra do senhor e rendimento do camponês. Mas as leis que determinam para cada um destes modos a criação e a distribuição dos elementos do produto social não são similares. O lucro supõe o capital, isto é, a apropriação privada exclusiva dos meios de produção, que são eles mesmos produtos do trabalho social, enquanto que a renda decorre do controle exclusivo de classe dos meios naturais de produção

os quais não são produtos do trabalho social. O capital supõe o trabalho assalariado, ou seja, um mercado de trabalho livre e a venda da força de trabalho. A renda supõe, ao contrário, a servidão do camponês trabalhador, sua ligação à gleba.

O modo de produção capitalista define-se a partir da apropriação exclusiva por uma classe dos meios de produção os quais são produto do trabalho social. Existe capitalismo desde que os meios de produção não são gerados pela sociedade inteira, mas por uma parte desta, que se torna então “burguesia”. Segundo Amin, o sistema supõe o modo capitalista, e isso demonstra que o capital não é uma coisa, mas sim uma relação social. O autor trabalha com as concepções de Marx, no que se refere à transformação dos valores em preços – os preços acabam por ser determinados por uma lei geral, a partir dos valores -, a taxa de lucro, mais-valia, e alienação economicista (que faz compreender as leis essenciais do desenvolvimento capitalista). Para o capitalismo, a finalidade do sistema não é a maximização da produção, mas a da mais-valia; é ela que condiciona a alienação economicista. O capitalismo de Estado corresponde a uma fronteira de classes, a que separa o proletariado que continua a vender sua força de trabalho, e a burguesia transformada em classe-Estado como na época do modo tributário. O modo de produção capitalista considera o homem como força de trabalho, mão-de-obra e não a sua finalidade; sua lei é maximizar a taxa de mais-valia e procurar reduzir o custo desta força de trabalho. Esse modo leva ou não em consideração a utilização das riquezas naturais de acordo com relações sociais não controladas pela sociedade. Existe, neste modo de produção, uma ideologia alienante, onde há um crescimento do consumo sem referência às necessidades humanas reais.

O modo de produção capitalista é diferente dos modos anteriores de produção. Ele possui uma tendência à exclusividade, ou seja, à destruição de todos os modos pré-capitalistas. O autor discute as condições da acumulação autocentrada, e o papel do sistema monetário, segundo Keynes e Friedman. Em Keynes encontra-se um contraste no papel predominante atribuído à taxa de juros e o papel passivo reservado ao sistema bancário. A taxa de juros é determinada pelo estado da preferência pela liquidez dado o volume monetário ofertado pelos bancários. A necessidade pela liquidez é a necessidade de moeda para financiar as transações correntes. Seja qual for o volume monetário, a taxa de juros não pode descer abaixo de certo nível. É importante analisar as condições de funcionamento do sistema monetário contemporâneo, pois a teoria quantitativa afirma que só o aumento do volume do monetário pode determinar uma alta geral dos preços, ou seja, a inflação. A partir daí, o autor trabalha com teorias como do efeito-preço, efeito-taxa de cambio, e a teoria do efeito-renda. Esse último é apenas tendencial e implica um ajustamento estrutural o qual constitui

precisamente a essência do problema. Quando se examina as relações entre centro e periferia, analisa-se o “ajustamento estrutural”, que é o processo pelo qual certas formações nacionais se submetem a outras, se modelam em função de outras. Isso também aparece quando se estuda a evolução das relações entre as diferentes formações centrais.

No capítulo III (“Da especialização à dependência”), o autor, com base na teoria de Ricardo, fornece os conceitos principais para compreender a natureza da especialização internacional, principalmente entre a Inglaterra e Portugal. A especialização e a troca, dando aos parceiros quantidades de valores de uso superiores ao que seriam sem trocas, aumentam o volume dos lucros reais realizados dentro da economia de cada um deles. Conclui-se, portanto, que essa especialização pode ser desigual. Se o capital é móvel e na hipótese de salários idênticos, a troca só existe se as produtividades forem diferentes. Isso pode acontecer devido a possibilidades “naturais” diferentes. Como exemplo, podemos citar a produção de vinho em Portugal e a produção de tecido na Inglaterra. Com a mesma quantidade de trabalho, de capital e de terra, se poderá produzir-se mais vinho em Portugal do que na Inglaterra, por causa do clima. A especialização não representa senão um ótimo relativo. Segundo Emmanuel, “o ótimo absoluto seria não que Portugal se especializasse no vinho e a Inglaterra nos tecidos, mas que os ingleses se transportassem a Portugal com seus capitais para produzir um e outro” (p.30), esta seria a grande sacada da especialização e da troca.

Samir Amin, mais uma vez, recorre aos estudos de Marx. Este discute o desenvolvimento do capitalismo na Ásia, principalmente na sociedade da Índia, e natureza da sociedade asiática pré-colonial. Em suas concepções, Marx analisa a resistência da comunidade camponesa ao desenvolvimento do capitalismo. Amin reúne elementos para formar a teoria da transição à economia capitalista periférica. Retomando a especialização internacional, pode-se dizer que essa especialização desigual manifesta-se por algumas ordens de distorções na orientação do desenvolvimento da periferia, e que essa mesma especialização está também na origem de uma distorção na periferia em favor de ramos ligeiros da atividade, acompanhada da utilização, nesses ramos, de técnicas modernas de produção. Se no centro, segundo Amin, o modo de produção capitalista tende a tornar-se exclusivo, não acontece o mesmo na periferia. É que as formações da periferia são fundamentalmente diferentes das do centro. As formas dessas formações periféricas dependem da natureza das formações pré-capitalistas originárias, por um lado, e, por outro, das formas e das épocas de sua integração ao sistema mundial. O investimento estrangeiro era importante para o fortalecimento dessas formações periféricas. Os baixos níveis da remuneração do trabalho, por um lado, e a concentração do capital por outro, vão encorajar o capital estrangeiro a criar na periferia

setores modernos de exportação. Em certos países capitalistas da periferia, a massa dos investimentos estrangeiros aplicava-se nos setores exportadores. Isso resulta numa grande desigualdade no grau de penetração do capital estrangeiro, pois esse investimento atendia somente aos “melhores” setores de produção que tinham como objetivo a exportação, enquanto outros setores menores eram deixados de lado, ou contavam com o setor terciário de apoio.

Samir Amin discute as formações periféricas contemporâneas, a partir da análise das formações periféricas americanas, árabes, asiáticas e africanas, pois as formações pré-capitalistas agredidas pertencem a esses tipos essenciais citados. Segundo o autor, a tendência do modo de produção capitalista a tornar-se exclusivo, é acompanhada da tendência da estrutura social do centro a aproximar-se do modelo estabelecido em *O Capital*, que se caracteriza pela polarização das classes sociais em burgueses e proletários. As classes sociais constituídas na base de modos de produção antigos desaparecem ou transformam-se. Tem-se, portanto, a lógica do economicismo como doutrina, criando ilusão de que a economia é uma força acima da sociedade, e que esta não a pode dominar.

Quando a formação do latifúndio capitalista provém da transformação das formações pré-capitalistas, esbarra com a resistência de forças sociais internas. O resultado é a constituição de formações agrárias capitalistas integradas no mercado mundial pela sua função essencial, mas revestindo formas de tipo feudal. De acordo com Amin, a predominância do capitalismo agrário acarreta a crise agrária, fenômeno, segundo ele, geral no Terceiro Mundo. Nos sistemas pré-capitalistas, toda a população, qualquer que seja o excedente teórico de mão-de-obra, tem direito ao acesso à terra. Perde-se à medida que se dá o desenvolvimento das formas capitalistas. A partir daí, ele analisa os limites impostos pelo capital estrangeiro que tem como base a relação do capitalismo entre o centro e periferia.

O autor discute ainda o modo de produção estatal soviético, questionando o então projeto socialista. Se partirmos do princípio de que o modo de produção socialista não é um modo mercantil, que os produtos e a força de trabalho não são mercadorias, o modo soviético não pode ser considerado como socialista. As principais características do modo de produção soviético são: 1) os principais meios de produção são objeto de uma apropriação estatal; 2) a força de trabalho é uma mercadoria; 3) os produtos que são objetos de consumo são igualmente mercadoria; 4) os bens de capital não são mercadorias, mas tendem rapidamente a sê-lo. O autor trabalha algumas diferenças entre o modo de produção capitalista e o modo de produção soviético, e uma delas está no processo de acumulação. Por fim, Samir discute a problemática da transição do capitalismo central ao capitalismo periférico. Para ele, a

alternativa à periferia é ter um desenvolvimento dependente, ou um desenvolvimento autocentrado necessariamente original em relação aos países atualmente desenvolvidos. Reencontra-se a lei do desenvolvimento desigual das civilizações: a periferia não pode alcançar o modelo capitalista, é obrigada a ultrapassá-lo.

Conclui-se, então, que a revolução técnica contemporânea substituirá o trabalho parcelar não qualificado pela automação. O sistema atual não percebe a aurora da liberação da humanidade, mas sim a ameaça de um desemprego maciço, de uma marginalização crescente em relação a um sistema que só integra a minoria, então a proposta do autor era discutir sobre as consequências trazidas pela revolução técnico-científico-informacional, mais precisamente sobre o avanço do capitalismo, seja nos centros, ou na periferia. Para isto, Amin trabalhou primeiramente as formações pré-capitalistas, depois especificou as leis fundamentais do modo de produção capitalista, analisando o desenvolvimento do subdesenvolvimento, e as formações periféricas contemporâneas, para criticar o modo de produção capitalista que exclui a maioria da população causando um desenvolvimento desigual das áreas onde o capitalismo se situa. Esse desenvolvimento desigual seria menor, se alguns modos de produção pré-capitalistas ainda estivessem em pleno vigor, competindo arduamente com o modo de produção atual que causa o avanço de uma região, e o atraso de outras.